

## Komunikadu Imprensa

### Sorumutu Estraordináriu Konsellu Ministrus loron 25 fulan-juñu tinan 2026

Konsellu Ministrus hala'o sorumutu estraordináriu iha Auditóriu Kay Rala Xanana Gusmão, iha Ministériu Finansas, Dili, no aprova ona projetu Rezolusaun Governu, ne'ebé apresenta husi Vise-Ministra Finansas, Regina de Jesus, kona-ba kompozisaun **Komité Revizaun Polítiku ba prosesu preparasaun Orsamentu Jerál Estadu ba tinan 2027**.

Komité Revizaun Polítiku iha objetivu atu garante katak planu anuál husi servisu no entidades Setór Públiku Administrativu viavel no aliñadu ho prioridades nasional ne'ebé estabelese iha Planu Estratéjiku Dezenvolvimentu tinan 2011-2030, iha Programa Governu, iha planu tempu médiu no dokumentu estratéjiku sira seluk. Komité mós iha responsabilidade atu aseguira katak dotasaun orsamentál ne'ebé atribui tuir planu hirak ne'e no limite másimu ba despeza ne'ebé define ona, no mós garante katak inkluzsaun dotasaun iha Orsamentu Jerál Estadu depende ba inskrisaun prévia husi ninia atividades iha planu servisu anuál ka entidade sira ne'e.

Komité Revizaun Polítiku ne'e sei prezide husi Primeiru-Ministru no kompostu mós hosi Vise-Primeiru-Ministru rua, Ministra Finansas, Ministru Obras Públicas no Ministru Planeamentu no Investimentu Estratéjiku. Sekretária Estadu Igualdade, Prezidente Institutu ba Defeza Direitu Labarik no representante ida hosi Asosiasaun Defisiente Timor-Leste mós sei partisipa iha sorumutu Komité Revizaun Polítiku nu'udar observadór. **REMATA**

url: <https://timor-leste.gov.tl?lang=tp&p=50061>

## Press Release

### Extraordinary Meeting of the Council of Ministers on June 25th, 2026

The Council of Ministers met in the Kay Rala Xanana Gusmão Auditorium at the Ministry of Finance in Dili and approved the draft Government Resolution, presented by Vice-Minister of Finance Regina de Jesus, regarding the composition of the **Political Review Committee for the preparation of the 2027 General State Budget**.

The Political Review Committee's objective is to ensure that the annual plans of the Public Administrative Sector services and entities are feasible and aligned with the national priorities established in the 2011–2030 Strategic Development Plan, the Government Program, the medium-term plans, and other strategic documents. It is also responsible for ensuring that the allocated budgetary appropriations comply with these plans and the established expenditure ceilings, and that the inclusion of appropriations in the General State Budget is contingent upon the prior inclusion of the respective activities in the annual plans of the relevant agencies or entities.

The Political Review Committee will be chaired by the Prime Minister and will also comprise the two Vice-Prime Ministers, the Vice-Minister of Finance, the Minister of Public Works, and the Minister of Planning and Strategic Investment. The Secretary of State for Equality, the President of the Institute for the Defence of Children's Rights, and a representative of the Association of Persons with Disabilities of Timor-Leste will also participate in the meetings of the Political Review Committee as observers. **END**

url: <https://timor-leste.gov.tl?lang=en&p=50061>



# JORNAL da REPÚBLICA

PUBLICAÇÃO OFICIAL DA REPÚBLICA DEMOCRÁTICA DE TIMOR - LESTE

§ 0.15

## Número Extraordinário

### SUMÁRIO

#### GOVERNO:

**Resolução do Governo N.º 33/2026 de 25 de Junho**  
Composição do Comité de Revisão Político para o Orçamento Geral do Estado para o ano de 2027 ..... 1

#### RESOLUÇÃO DO GOVERNO N.º 33/2026

de 25 de Junho

#### COMPOSIÇÃO DO COMITÉ DE REVISÃO POLÍTICO PARA O ORÇAMENTO GERAL DO ESTADO PARA O ANO DE 2027

Considerando que o Decreto-Lei n.º 42/2025, de 15 de dezembro, regulamenta a Lei n.º 3/2025, de 23 de abril, sobre Enquadramento do Orçamento Geral do Estado e gestão financeira pública;

Tendo em consideração que, nos termos do artigo 20.º do referido diploma e do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 22/2015, de 8 de julho, cabe ao Comité de Revisão Político verificar a alocação estratégica de recursos das submissões orçamentais, com vista a atingir os compromissos e os objetivos que constam dos documentos estratégicos e aferir a exequibilidade dos planos para o ano financeiro a que se reportam, bem como outras que se considerem relevantes;

Considerando que, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 22/2015, de 8 de julho, é necessário definir a composição do Comité de Revisão Político, para que este possa dar início aos seus trabalhos no âmbito do processo de preparação do Orçamento Geral do Estado para o ano de 2027,

Assim,

O Governo resolve, nos termos do n.º 1 do artigo 11.º do Decreto-Lei n.º 22/2015, de 8 de julho, o seguinte:

1. O Comité de Revisão Político é composto pelos seguintes membros:
  - a) O Primeiro-Ministro, que preside;
  - b) O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos;
  - c) O Vice-Primeiro-Ministro e Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais;
  - d) A Ministra das Finanças;
  - e) O Ministro das Obras Públicas;
  - f) O Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico.
2. Nas suas ausências e impedimentos, o Primeiro-Ministro é substituído pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos, pelo Vice-Primeiro-Ministro e Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais ou pela Ministra das Finanças, sucessivamente.
3. Participam ainda nas reuniões do Comité de Revisão Político, na qualidade de observadores:
  - a) A Secretária de Estado da Igualdade;
  - b) O Presidente do Instituto para a Defesa dos Direitos da Criança;
  - c) Um representante da Associação de Deficientes de Timor-Leste.
4. O Comité deve assegurar a exequibilidade dos planos anuais dos serviços e entidades do Setor Público Administrativo e a sua conformidade com as prioridades nacionais definidas com base no Plano Estratégico de Desenvolvimento 2011-2030, no Programa do Governo, nos planos de médio prazo e nos planos anuais dos serviços e entidades do Setor Público Administrativo, e em quaisquer outros documentos políticos e estratégicos do Governo.
5. O Comité deve assegurar que a alocação de dotações orçamentais respeite os planos anuais referidos no número anterior e o limite máximo de despesa previamente definido para cada título.

6. O Comité deve assegurar que a inscrição de dotações no Orçamento Geral do Estado no título ou capítulo relativo a determinado serviço ou entidade do Setor Público Administrativo, está dependente da inscrição da atividade a ser financiada por essa despesa no plano anual para esse ano orçamental desse serviço ou entidade.
7. O Comité de Revisão Político é apoiado por um Secretariado técnico composto por:
  - a) Uma equipa da Direção-Geral do Planeamento e Orçamento do Ministério das Finanças;
  - b) Um representante do Secretariado dos Grandes Projetos do Fundo das Infraestruturas;
  - c) Um representante da Agência de Desenvolvimento Nacional, I.P.;
  - d) Um representante do Secretariado Técnico do Fundo de Desenvolvimento do Capital Humano;
  - e) Um representante da Comissão Nacional de Aprovisionamento;
  - f) Um representante da Unidade de Verificação de Pagamentos do Ministério das Obras Públicas;
  - g) O Presidente da Comissão da Função Pública.
8. O apoio logístico ao Comité de Revisão Político é prestado pelo Ministério das Finanças.
9. A presente resolução entra em vigor no dia seguinte ao da sua publicação.

Aprovada em Conselho de Ministros em 25 de junho de 2026.

Publique-se.

O Primeiro-Ministro, em substituição

---

**Mariano Assanami Sabino Lopes**

## The government initiates the work of the Political Review Committee for the preparation of the 2027 General State Budget.

The Government, through the Ministry of Finance, initiated, on July 4th, at the Ministry of Finance in Dili, the work of the Political Review Committee (CRP) for the preparation of the General State Budget (OJE) for 2027. The meeting was chaired by the Prime Minister, Kay Rala Xanana Gusmão, and marks the beginning of a new model for budget preparation, focused on the prior definition of the Government's political priorities.

The Political Review Committee was created by a Government Resolution approved at an extraordinary meeting of the Council of Ministers, held on June 25, 2026. The new mechanism replaces the previous Budgetary Review Committee and aims to ensure that the annual plans and budget proposals of public services and entities are aligned with national priorities, the Government Programme, the Strategic Development Plan 2011-2030, medium-term plans and defined spending limits.



At the opening of the proceedings, the Prime Minister explained that the new process aims to reverse the traditional logic of budget preparation. In the first phase, the Government defines the political priorities and, subsequently, guides the ministries and other public institutions in preparing their respective budget proposals.

Before the start of this phase, the Government held the [Budgetary Workshops with ministries and municipalities](#) to identify priorities and funding needs.

During the meeting, the Ministry of Finance presented the new mechanism for preparing the 2027 State Budget, including the analysis of the Government's political priorities, the medium-term budgetary framework, the execution of ongoing programs, and the preparation of annual action plans. The presentation was given by the Directorate-General for Budgetary Planning and the Petroleum Fund Policy and Management Unit.

The Government intends for the 2027 State Budget to represent a transition to a public policy-based budgeting model, in which decisions are made based on strategic priorities, the State's financial capacity, and their medium-term impact.

Within this process, the Committee was presented with 28 options for the Government's political priorities, distributed across three areas: measures aimed at creating fiscal space, pressures arising from the priorities of the Central Government, and opportunities and investment needs in sectors such as health, education, agriculture, and other productive areas. The Committee will analyze each of these proposals before preparing the final draft of the General State Budget for 2027.

The Prime Minister also appealed to all public administration officials to ensure that the management of public resources continues to be guided by responsibility, transparency, and efficiency, stressing that state resources should be applied to properly planned and results-oriented programs.

In addition to the Prime Minister, the meeting was attended by the Deputy Prime Minister, Coordinating Minister for Economic Affairs and Minister of Tourism and Environment, Francisco Kalbuadi Lay; the Deputy Prime Minister, Coordinating Minister for Social Affairs and Minister of Rural Development and Community Housing, Mariano Assanami Sabino; the Minister of Finance, Santana José Rodrigues F. Viegas Cardoso; the Minister of Public Works, Samuel Marçal; the Minister of Planning and Strategic Investment, Gastão Francisco de Sousa; the Deputy Minister of Finance, Regina de Jesus; the Secretary of State for Equality, Elvina de Sousa Carvalho; as well as representatives from the Public Service Commission and autonomous agencies.

The work of the Political Review Committee continues on July 6th and 7th, further defining the priorities that will serve as the basis for preparing the proposed General State Budget for 2027.

## **Governo inicia trabalhos do Comité de Revisão Político para a preparação do Orçamento Geral do Estado de 2027**

O Governo, através do Ministério das Finanças, iniciou, no dia 4 de julho, no Ministério das Finanças, em Díli, os trabalhos do Comité de Revisão Político (CRP) para a preparação do Orçamento Geral do Estado (OJE) para 2027. A reunião foi presidida pelo Primeiro-Ministro, Kay Rala Xanana Gusmão, e marca o início de um novo modelo de preparação do Orçamento, centrado na definição prévia das prioridades políticas do Governo.

O Comité de Revisão Político foi criado por Resolução do Governo aprovada em reunião extraordinária do Conselho de Ministros, realizada em 25 de junho de 2026. O novo mecanismo substitui o anterior Comité de Revisão Orçamental e tem como objetivo assegurar que os planos anuais e as propostas orçamentais dos serviços e entidades públicas estejam alinhados com as prioridades nacionais, o Programa do Governo, o Plano Estratégico de Desenvolvimento

2011-2030, os planos de médio prazo e os limites de despesa definidos.

Na abertura dos trabalhos, o Primeiro-Ministro explicou que o novo processo pretende inverter a lógica tradicional de preparação do Orçamento. Numa primeira fase, o Governo define as prioridades políticas e, posteriormente, orienta os ministérios e as restantes instituições públicas para a elaboração das respetivas propostas orçamentais.

Antes do início desta fase, o Governo realizou o seminário [Jornadas Orçamentais](#) com os ministérios e os municípios para identificar prioridades e necessidades de financiamento.

Durante a reunião, o Ministério das Finanças apresentou o novo mecanismo de preparação do OJE 2027, incluindo a análise das prioridades políticas do Governo, do quadro orçamental de médio prazo, da execução dos programas em curso e da preparação dos planos de ação anuais. A apresentação foi assegurada pela Direção-Geral do Planeamento Orçamental e pela Unidade de Política e Gestão do Fundo Petrolífero.

O Governo pretende que o OJE 2027 represente uma transição para um modelo de orçamentação baseado em políticas públicas, no qual as decisões sejam tomadas em função das prioridades estratégicas, da capacidade financeira do Estado e do respetivo impacto a médio prazo.

No âmbito deste processo, foram apresentadas ao Comité 28 opções de prioridades políticas do Governo, distribuídas por três áreas: medidas destinadas à criação de espaço fiscal, pressões decorrentes das prioridades do Governo Central e oportunidades e necessidades de investimento em setores como a saúde, a educação, a agricultura e outras áreas produtivas. O Comité irá analisar cada uma destas propostas antes da preparação da proposta final do Orçamento Geral do Estado para 2027.

O Primeiro-Ministro apelou ainda a todos os responsáveis da Administração Pública para que a gestão dos recursos públicos continue a pautar-se pela responsabilidade, transparência e eficiência, sublinhando que os recursos do Estado devem ser aplicados em programas devidamente planeados e orientados para resultados.

Além do Primeiro-Ministro, participaram na reunião o Vice-Primeiro-Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Económicos e Ministro do Turismo e Ambiente, Francisco Kalbuadi Lay, o Vice-Primeiro-Ministro, Ministro Coordenador dos Assuntos Sociais e Ministro do Desenvolvimento Rural e Habitação Comunitária, Mariano Assanami Sabino, a Ministra das Finanças, Santana José Rodrigues F. Viegas Cardoso, o Ministro das Obras Públicas, Samuel Marçal, o Ministro do Planeamento e Investimento Estratégico, Gastão Francisco de Sousa, a Vice-Ministra das Finanças, Regina de Jesus, a Secretária de Estado da Igualdade, Elvina de Sousa Carvalho, bem como representantes da Comissão da Função Pública e de agências autónomas.

Os trabalhos do Comité de Revisão Político prosseguem nos dias 6 e 7 de julho, dando continuidade à definição das prioridades que servirão de base à preparação da proposta de Orçamento Geral do Estado para 2027.